

Governo decide entregar a Unidade de Manutenção e Reparação de Vagões da EMEF à multinacional Suíça MSC

Foi esta semana formalmente comunicado aos trabalhadores, que o Governo decidiu da venda da unidade de negócio de manutenção de vagões da EMEF que opera nos parques oficiais localizados no Entroncamento.

Essa venda, efectuada a um ACE (Acordo Complementar de Empresas) constituído entre a Medway e a EMEF, e detido a 51% pela Medway, representa na prática a privatização desta unidade de negócios e a sua entrega a uma empresa detida pela multinacional Suíça MSC.

Esta decisão do Governo PS aponta no caminho da liquidação e pulverização do sector ferroviário nacional, quando aquilo que se exigia era a inversão desse rumo, rompendo com opções que há décadas pesam sobre o caminho de ferro.

A multinacional Suíça, a quem já havia sido oferecida a CP Carga, com todo o seu material circulante motor e rebocado, incluindo milhares de vagões, recebe agora as instalações e equipamentos necessários à manutenção desse material. Dá-se assim mais um passo no processo de descapitalização da CP e de desmembramento da EMEF.

A justificação desta decisão com a necessidade de satisfazer os critérios impostos pelo Tribunal de Contas para a contratualização entre a CP e a EMEF, ilude duas questões: que a reintegração da EMEF na CP, que o PCP há muito defende, preencheria esses critérios; que esses mesmos critérios existem porque foram deliberadamente produzidos por sucessivos Governos e pela União Europeia. Critérios que não se podem sobrepor aos interesses nacionais e que urge serem alterados.

Perante um problema criado pela oferta do material circulante da CP à CP Carga e à Medway, que colocou a EMEF a realizar mais de 20% do seu trabalho para clientes exteriores à CP (ultrapassando os limites impostos pelo regime de contratação pública), e que passou a exigir concurso público para a contratualização entre a CP e a EMEF, o Governo decide que a solução é a entrega da restante manutenção ferroviária à multinacional! Amarrado a imposições comunitárias, submisso aos interesses dos grandes grupos económicos, o Governo continua cego às causas da desastrosa situação a que a política de direita está a conduzir a ferrovia nacional.

O PCP lamenta ainda a forma completamente ilegal e anti-democrática como o processo foi conduzido, negando às Organizações Representativas dos Trabalhadores e à própria Assembleia da República o conhecimento das matérias concretas desta reestruturação. A título de exemplo, o Governo continua sem responder ao requerimento do grupo parlamentar do PCP para que fosse enviado à Assembleia da República o conjunto de estudos e decisões preliminares tomadas pela CP e pela EMEF há um ano.

O PCP ao mesmo tempo que apela à luta dos trabalhadores contra esta privatização, sublinha a urgência de uma outra política para a ferrovia. Uma política patriótica e de esquerda, que rompa com o caminho de destruição e avance para a reconstrução de um sector ferroviário uno, nacional e público ligado ao aparelho produtivo nacional e capaz de satisfazer as necessidades de mobilidade das populações e da economia e de desenvolvimento do País.

**Em defesa da EMEF, do Aparelho Produtivo
e do Sector Ferroviário Nacional
A LUTA CONTINUA!**

Dezembro 2018

sector.ferroviario@pcp.pt

**Sector Ferroviário
Partido Comunista Português**

